

## Questão agrária no Sudoeste do Paraná: terra, propriedade privada e sociedade nos conflitos de 1950 e 1980

La cuestión agraria en el Suroeste de Paraná: tierra, propiedad privada y sociedad en los conflictos de 1950 y 1980

Agrarian question in the Southwest of Paraná: land, private property and society in the conflicts of 1950 and 1980

ELEANDRO DE MORAIS VIEIRA<sup>i</sup>  

**Resumo:** Esta pesquisa discute a questão agrária no Sudoeste do Paraná em dois momentos: na década de 1950 com a Revolta dos Possesiros e na década de 1980 com a atuação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes). O artigo tem como centralidade a propriedade privada da terra nos dois momentos. Mostra-se que devido a titulação das terras e sua transformação em propriedade privada os conflitos foram recebidos de formas diferentes pela sociedade em geral e pelo Estado, o que permite analisar como a propriedade privada nos termos legais e morais influencia no modo como se observa a questão fundiária na região e como se cria a identidade regional.

**Palavras-chave:** Propriedade privada. Sudoeste do Paraná. Terra.

**Resumen:** Esta investigación discute la cuestión agraria en el Suroeste de Paraná en dos momentos: en la década de 1950 con la Revuelta de los Poseedores y en la década de 1980 con la actuación del Movimiento de los Agricultores Sin Tierra del Suroeste de Paraná (Mastes). El artículo tiene como eje central la propiedad privada de la tierra en ambos momentos. Se muestra que debido a la titulación de las tierras y su transformación en propiedad privada, los conflictos fueron recibidos de manera diferente por la sociedad en general y por el Estado, lo que permite analizar cómo la propiedad privada, en términos legales y morales, influye en la forma en que se observa la cuestión territorial en la región y cómo se construye la identidad regional.

**Palabras clave:** Propiedad privada. Suroeste de Paraná. Tierra.

**Abstract:** This research discusses the agrarian issue in the Southwest of Paraná in two moments: in the 1950s with the Squatters' Revolt and in the 1980s with the actions of the Landless Farmers' Movement of Southwest Paraná (MASTES). The article focuses on the private property of the land in both moments. It shows that due to the titling of the lands and their transformation into private property, the conflicts were received differently by society in general and by the State, which allows an analysis of how private property in legal and moral terms influences the way in which the land issue is observed in the region and how a regional identity is created.

**Keywords:** Private property. Southwest Paraná. Land.

---

<sup>i</sup> Graduado (2018) em História pela Universidade Paranaense. Especialista (2021) em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Mestre (2021) em História pela mesma instituição. Pesquisador do Grupo de Pesquisa "Movimentos Sociais na Fronteira Sul" (UFFS/CNPq). Doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

## Considerações iniciais

As reatualizações do passado e de suas representações são importantes e utilizadas, algumas das vezes, para a percepção da ordem e do progresso almejados pelos meios institucionais oficiais e pelos setores dominantes da sociedade que cria a todo momento, por meio do passado e de suas memórias (re-construídas), identidades coletivas, regionais e individuais. O Sudoeste do Paraná - assim como todo o território que hoje chamamos Brasil - possui uma história constante de conflitos e lutas pela terra, apesar de nossa memória nos remeter, quase sempre, à luta dos posseiros na década de 1950, sobretudo em 1957, como um ato de heroísmo dos que aqui vieram para desbravar, trabalhar e constituir o progresso no vazio demográfico da Marcha para o Oeste do governo do Estado Novo de Getúlio Vargas. Os outros conflitos e lutas, por direitos sociais dos trabalhadores rurais, camponeses, agricultores de base familiar, sem terras,<sup>i</sup> as manifestações e as ações da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar) com apoio da Igreja Católica e do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes) tem pouca discussão.

As ações da década de 1960 com a Assesoar, o Sindicalismo Rural combativo<sup>ii</sup> e depois com os movimentos pela terra, da década de 1980, são vistas e sentidas, algumas vezes, como uma ruptura do que era o Sudoeste na Revolta dos Posseiros e as características identitárias de sua população. Temos a noção de que a realidade histórica, social, política e econômica era outra, principalmente na década de 1980 com a luta dos sem-terra, porém o espaço e muitos sujeitos, seus descendentes e os políticos importantes da região, participaram ou acompanharam a Revolta. Neste sentido é preciso destacar as diferenças, similaridades, apoios, tipos de mobilização e organizações nos distintos momentos históricos para pensarmos a assimilação que teve a Revolta de 1957 e as lutas pela terra com o Mastes na década de 1980.

Não forçamos um continuísmo que não existe na história de forma linear e progressivo, entretanto, não podemos criar outra realidade para um mesmo espaço geográfico e social e em períodos de tempos que se inter cruzam, tendo em vista que os trabalhos do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (Getsop), um dos desdobramentos da Revolta de 1957, seguiu até 1973, já no contexto da atuação da Assesoar e do Sindicalismo Rural considerado autêntico ou combativo. O que queremos discutir aqui é como e porque a Revolta dos Posseiros de 1957 moldou ou por meio dela se buscou moldar a identidade da população do Sudoeste do

Paraná: ordeiros, desbravadores e trabalhadores. E, os demais conflitos, sobretudo os da década de 1980, dos sem-terra, são tratados de outra forma e não obtiveram o apoio de setores sociais e oficiais e porque as conquistas obtidas com o movimento não aparecem na construção identitária do povo e são esquecidos (silenciados e mesmo negados) pelo Estado e pela sociedade em geral.

## Breve contexto da Revolta dos Possesiros de 1957 e suas consequências

A Revolta dos Possesiros de 1957 foi um conflito agrário ocorrido na Gleba das Missões e parte da Gleba Chopim onde hoje é geograficamente reconhecida grande parte da região Sudoeste do Paraná. Foi um enfrentamento que possesiros e também setores urbanos, como comerciantes e profissionais liberais, fizeram contra companhias privadas de colonização e exploração de madeira ligadas ao Estado do Paraná, sobretudo no e ao governo de Moysés Lupion, que, em alguns momentos, de forma violenta, exigiram a compra das terras, já doadas pela Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango) aos possesiros, perturbando e criando um clima de insegurança, ressentimento e revolta na região. Vale ressaltar que, como destaca Paulo Koling (2018), o conflito não eclodiu pela reforma agrária, mas contra a violência que as companhias privadas empreendiam aos possesiros e pelo fim da atuação na região (Poli, 2016; Koling, 2018).

A região, apesar de assim ser tratada por governos e atos oficiais, não era um vazio demográfico, no sentido de não haver gente. Viviam na região indígenas, principalmente das etnias Kaingang e Guarani. Porém, tratamos aqui da colonização oficial como forma de política de Estado da Marcha para o Oeste<sup>iii</sup> de Getúlio Vargas e da criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), em 1943, como parte deste projeto (Poli, 2016). A Cango tinha como objetivo colonizar a região Sudoeste do Paraná de forma oficial cedendo áreas de terra entre 10 e 20 alqueires, prestando assistência técnica, assistência médica e dentária, construindo estradas, escolas, porém, pelo litígio em que se encontrava as terras da região (Gleba Missões e Chopim), que não nos cabe discutir aqui, a Colônia não poderia titular a propriedade de modo a estabelecer propriedades positivas, propriedades privadas, já que estavam em disputa pela União, pelo estado do Paraná e por particulares (Poli, 2016; Lazier, 1997).

Com o litígio envolvendo as terras na região, apareceu no Sudoeste em 1950 a Clevelândia Industrial e Territorial (Citla), ligada ao Grupo Lupion, que tinha relações com o então governador do Paraná, Moysés Lupion. A Citla comprou os créditos de José Rupp que tinha ganhado na justiça o direito da concessão das terras. Assim que começou a atuar na região, a Citla iniciou a venda das terras que já tinham sido distribuídas pela Cango, com os créditos que tinha comprado (Poli, 2009; Poli 2016; Lazier 1997; Priori *et al*, 2012). A Citla, juntamente com a Companhia Comercial e a Apucarana que surgem no segundo governo de Lupion, a partir de 1956, começou a agir de forma mais violenta, com espancamentos, mortes, ameaças e estupros, para garantir que os colonos pagassem pelos lotes de terra. Um dos fatos marcantes foi o assassinato do vereador Pedrinho Barbeiro, ocorrido no distrito de Verê, à época pertencente ao município de Pato Branco, que se preparava para levar um Abaixo-Assinado para o presidente Juscelino Kubitschek na capital da república para que tomasse providências em relação aos acontecimentos ocorridos na região (Poli, 2009; Poli 2016; Lazier 1997; Priori *et al*, 2012).

Com a violência que vinham sofrendo e a insegurança que a região vivia, os posseiros decidiram pegar em armas e ir para as ruas. Um dos instrumentos usados no movimento foram as rádios que convocaram os colonos. Um dos locutores e líderes da Revolta, Ivo Thomazoni, da Rádio Colméia de Pato Branco, foi, posteriormente, prefeito do município e deputado estadual. Em 09 de outubro de 1957 os posseiros tomaram as ruas de Pato Branco (Poli, 2009; Poli 2016; Lazier 1997; Priori *et al*, 2012). No dia seguinte, 10 de outubro, foi a vez dos colonos de Francisco Beltrão tomar as ruas, invadir o escritório da Citla que ficava no município e jogar as notas promissórias e os contratos que foram obrigados a assinar nas ruas da cidade. Diante dessa mobilização de mais 4 mil posseiros em Francisco Beltrão, o Exército agiu e escoltou os jagunços e funcionários da companhia, retirando-os da cidade (Poli, 2009; Poli 2016; Lazier 1997; Priori *et al*, 2012).

Depois da expulsão dos funcionários e jagunços das companhias, ainda permaneceu um clima de incerteza e insegurança diante do que aconteceria com os posseiros. Os líderes da revolta procuraram, em nome dos posseiros, os candidatos à presidência da república em 1960, buscando o comprometimento com a regularização fundiária da região. Jânio Quadros se comprometeu, foi o mais votado no Sudoeste e cumpriu a promessa. Declarou de utilidade pública, por meio do Decreto 50.379, de 27 de março de 1961, a Gleba Missões e parte da Gleba

Chopim. Depois de sua renúncia, João Goulart reassumiu o compromisso e criou, juntamente com o governador do Paraná, Ney Braga, em 22 de março de 1962, o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste (Getsop). O Grupo foi criado para medir as terras, demarcar os lotes e distribuí-los aos posseiros. A distribuição seguiu as demarcações já feitas pelos posseiros com a compra do lote por parte deles para evitar litígios judiciais posteriores, por um preço acessível. O Getsop atuou até 1974 e expediu 43.383 títulos de propriedade, 30.970 rurais e 12.416 urbanos (Poli, 2009; Poli 2016; Lazier 1997).

## **A construção da identidade: o desbravamento das terras dos ninguéns**

A política da Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas foi construída, concretizada e tida como ação de grande desbravamento dos sertões do país, incluindo neles a região Sudoeste do Paraná, relegando ao esquecimento indígenas e caboclos que, apesar de não serem percebidos pela invisibilidade construída, ainda resistem e sobrevivem na região. A Marcha para Oeste de Getúlio Vargas buscou a unificação nacional e a ocupação das fronteiras visando a segurança e integração nacional com a visão de áreas tidas como vazias demograficamente.

Frederick Jackson Turner (2004), ao descrever a ocupação do Grande Oeste estadunidense no século XIX, afirmou que a ação explicava o grande desenvolvimento que teve a América. Salientou que a expansão desbravou terras selvagens que permitiram o desenvolvimento político e econômico da nação, sobretudo pelas novas oportunidades que os desbravadores encontraram com a agricultura e depois com a manufatura, em uma espécie de evolução social, se desvencilhando da Inglaterra.

Turner (2004) caracteriza os indígenas como um perigo que deveria ser combatido, no caso da região Sudoeste, os nativos em grande parte já tinham sido combatidos e eliminados pelas bandeiras e pelo processo de ocupação do território brasileiro e os poucos que ainda sobreviviam foram esquecidos e silenciados em reservas. Leomar Rippel e Ronaldo Zatta (2013) que discutem a promoção de políticas de memória por parte dos governos municipais da região, se referem a presença dos caboclos e indígenas como irrelevantes enquanto reconhecimento de sujeitos históricos na/da região e que as políticas de memória focalizam os sulistas como os grandes construtores do Sudoeste (Rippel, Zatta, 2013).

No Brasil, essa expansão da fronteira nos moldes da descrição de Turner também foi usada para explicar a criação, ou tentativa, da identidade nacional com a expansão de sua civilização a Oeste. Velho (2009) cita Cassiano Ricardo em sua obra “Marcha para Oeste” de 1940, como um angariador das ideias de Turner para o mito da fronteira enquanto criador da nacionalidade ou da identidade nacional, obra muito bem recebida pelo regime autoritário de Vargas que, em 1938, tinha lançado a política de “Marcha para Oeste” (Velho, 2009). A fronteira, como aponta José de Souza Martins, tem “um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para [...] viabilizar a existência de quem domina, subjuga e explora” (Martins, 1997, p. 11), neste caso, o próprio Estado com o intuito de levar sua visão de mundo, criar uma nacionalidade e unidade em todo o território nacional, elimina, esconde, invisibiliza a existência do outro.

Leomar Rippel e Ronaldo Zatta (2013) discutem a construção dos heróis na Revolta de 1957, consolidados na memória social e oficial e que atuam como uma força reguladora da vida coletiva. Os autores discutem a construção da memória coletiva por meio de atos e ações do poder público com a promoção de políticas, principalmente no cinquentenário da Revolta em 2007. Os pesquisadores enfatizam que os heróis pioneiros são vistos como sujeitos que tiveram desempenho material por cultivarem a terra e fazerem bons negócios em uma região pobre, se estabilizando economicamente e contribuindo, assim, com o desenvolvimento da região. Eles demonstram a sedimentação da memória coletiva com a titulação de uma Avenida com o nome de Júlio Assis Cavalheiro, em Francisco Beltrão. Uma homenagem a um sujeito que foi dirigente da Citla e mesmo assim é tido pela memória coletiva como um herói e pioneiro. Júlio é visto como construtor da cidade, doou vários terrenos para a construção de igreja, escolas e hospitais, visando também, a valorização de seus terrenos com a construção dessas instituições, entretanto, é considerado um homem que impulsionou o crescimento do município (Rippel, Zatta, 2013).

Paulo Koling (2018) assinala que as comemorações oficiais da Revolta de 1957 visam dominar e controlar o passado, instituindo a pacificação do conflito, a paz na propriedade com trabalho e progresso, quase que eliminando os atos de radicalização da luta. As memórias destacam um perfil de civismo com o uso da bandeira nacional em fotos que anunciavam os eventos, além da construção de monumentos e publicações para marcar as comemorações, principalmente em Francisco Beltrão (Koling, 2018).

**Figura 1** - Monumento ao Getsop (lado da frente)



Fonte: Paulo José Koling (5 jul. 2011).

Paulo Koling (2018) analisa o monumento construído em homenagem ao Getsop como o grande solucionador dos conflitos na região e que, conforme Iria Gomes (1984) se destaca na segunda parte da Revolta. A homenagem foi escolhida para ser lembrada como um período de paz, prosperidade, harmonia e trabalho, com as mãos do Estado ao lado dos posseiros que tiveram sua titulação da terra garantida. O monumento ao Getsop foi construído justamente ao lado da Avenida Júlio Assis Cavalheiro, na Praça Dr. Eduardo Wirmond Suplicy, em frente a Igreja Matriz Nossa Senhora da Glória, inaugurado em 14 de dezembro de 1972 e simboliza a primeira escritura entregue pelo Grupo dez anos antes. O monumento foi produzido e inaugurado na administração do prefeito Deni Lineu Schwartz em seu último ano de mandato. Antes de ser prefeito, Deni foi chefe de serviço do Getsop, isto é, o monumento celebrava um órgão do qual era chefe e inaugurado numa gestão que o tinha como prefeito, enaltecendo sua figura duas vezes.

O monumento ao Getsop, conforme Paulo Koling (2018), dá centralidade ao período de 1962 a 1972/1974, ao trabalho do Estado, que na década de 1950 acobertava as ações das companhias e dos jagunços. De acordo com Koling (2018):

[...] Com esse olhar, a propriedade deve ser o lugar da tranquilidade, da paz, da estabilidade e da segurança. Somente com o título da propriedade é que o Estado

garante o direito ao posseiro. O colono não precisa mais sair da sua terra para ocupar a cidade e as ruas, nem pegar em armas para depor as autoridades e fazer a justiça com as próprias mãos. No monumento os colonos e posseiros não fazem a história nem mudam os rumos da história; não têm cor, estão naturalizados na propriedade e passivos diante do presente que o Estado lhes deu e garante: o título legal e a terra (Koling, 2018, p. 240).

Antes mesmo de terminar os trabalhos já se optou pela política de memória para enaltecer o Getsop, o Estado, pela paz e trabalho, sem esquecer também, que em 1972, momento da inauguração do monumento, o país vivia em uma ditadura militar que prezava pela criação de um clima de ordem e contra qualquer tipo de ação e mobilização social que poderia colocá-la em risco. Paulo Koling (2018) também trata das comemorações do cinquentenário da Revolta dos Posseiros em 2007 como um momento de pacificação e desarmamento do passado com a sua construção como um tempo tranquilidade e paz social, como o monumento levantado em 1972. O autor analisa a fotografia oficial utilizada na comemoração dos cinquenta anos da revolta. A foto oficial foi escolhida e representa uma cena da Revolta de 1957 - não a ocupação das cidades - e foi selecionada para representar o passado e a memória. A bandeira do Brasil é destacada, ocupa o centro da foto e as armas não estão apontadas, estão descansadas em seus ombros, demonstrando tranquilidade.

**Figura 2** - Fotografia oficial do Cinquentenário da Revolta dos Posseiros 1957-2007



Fonte: Jansen, Osvaldo, 1957; cf. Kruger, 2004, p. 212-213.

Com a retirada da multidão levantada do chão em armas, como no monumento que exalta o Getsop e como na foto que representa a Revolta com poucos sujeitos e em uma pose de tranquilidade com as armas apoiadas em seus ombros, há uma delimitação das lutas que devem ficar no plano institucional do Estado e da sociedade civil organizada, na representação de uma cidadania democrática e liberal, na figura do cidadão-eleitor que representa o direito positivo e a paz. O passado é idealizado e reatualizado para que as novas gerações se identifiquem com esse tipo de luta, de um passado abstraído e festejado por meio das comemorações que não colocam em risco a ordem (Koling, 2018). Tanto a foto quanto a homenagem fundamentam presente e passado evitando-se tocar em feridas que podem fazer com que o passado coloque em perigo e desestabilize os poderes instituídos.

Paulo Koling (2018) analisa que a revolta de 1957 aconteceu pelo problema da grilagem e não da posse da terra e que só foi solucionado com a ocupação das cidades por homens e mulheres mobilizados com suas lideranças. A terra de trabalho e não a terra de negócio “era o que os colonos migrantes, retirantes do Sul, almejavam na fronteira agrícola do Sudoeste para si e para legado aos seus filhos” (Koling, 2018, p. 281). Esses migrantes sulistas que chegavam ao Sudoeste pretendiam ter terra com garantias de propriedade reconhecida com suas noções de vida comunitária, religiosidade e trabalho. O momento seguinte dos levantes silencia a questão da grilagem e enaltece a questão da legalização das terras, apaziguando a violência gerada por ela.

O enfrentamento a grilagem em concordância do governo do Paraná dá lugar, nas comemorações e monumentos, ao pioneirismo e a atuação do Estado por meio do Getsop que ofusca a participação popular na revolta. As comemorações do cinquentenário da Revolta deixam a impressão de que não havia mais problemas e litígios relacionados a questão agrária na região e a noção de que o Getsop havia proporcionado isso, por meio do título registrado de propriedade, fortalecendo a noção de liberdade de propriedade e de seu domínio jurídico (Koling, 2018).

Antes da Revolta de 1957, sobretudo, antes da regularização das propriedades pelo Getsop, as terras estavam em litígio e os habitantes da região (caboclos e indígenas) não existiam sob a lógica da propriedade privada, sendo a terra instituída de forma a ter proprietários legais, na Gleba Missões e Chopim, através das mudanças nas leis e com atuação do Getsop. Na atuação do movimento sem-terra da década de 1980, as terras reivindicadas, mesmo que

improdutivas e sem função social, se situavam na noção de propriedade privada e com donos particulares e legais.

Outro documento que analisamos aqui, faz referência aos 40 anos da Revolta dos Posseiros e constitui uma publicação de canções sobre a Revolta, resultado do 1º Festival de Composição do Sudoeste, publicado em 1997 pela Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná (Acamsop/13). A instituição reúne os poderes legislativos (poderes oficiais) de grande parte da região, especialmente da microrregião de Francisco Beltrão. A Acamsop foi fundada em 1979 e, conforme seu site, “faz inúmeras ações que buscam dar capacidade e qualificação aos vereadores para que exerçam suas funções da melhor maneira possível”. A Associação tem como missão congregar as câmaras municipais da região para fortalecer o poder legislativo dos municípios com práticas legislativas eficientes, lutar pela autonomia municipal e representar as câmaras de forma institucional junto aos poderes municipais, do Estado do Paraná e da União. Em 1991 a Acamsop foi dividida em microrregiões, a Acamsop 13 na microrregião de Francisco Beltrão e a Acamsop 14 na microrregião de Pato Branco (Acamsop, [s.d]).

O caderno com as composições foi produzido na gestão de Hélio Alves como presidente da Acamsop/13 e pode ser analisado de duas formas: uma no sentido de observar as percepções que os músicos tinham da revolta e da relação dela com a região e outra de como as composições reforçaram suas visões, da identidade construída, em construção, e sempre reatualizada como mostramos nas análises de Paulo Koling (2018) sobre o cinquentenário.

O caderno do “1º Festival de Composição do Sudoeste: Revolta de 1957”, reúne 23 textos em forma de canções sobre a Revolta de 1957 com autores dos municípios de Dois Vizinhos, São João, Enéas Marques, Realeza, Verê, Ampére, Capanema, Boa Esperança do Iguaçu, Salto do Lontra, Salgado Filho e Francisco Beltrão. Alguns elementos aparecem em quase todas as composições: terra para trabalho, Deus, governador Lupion, jagunços, libertação e desbravamento de um espaço ainda “não habitado”. As composições exaltam a tradição e as terras herdadas dos que lutaram:

A quase meio século nesta região / Um povo chegava numa migração / Plantando morada aqui neste chão / Construiu Marrecas que hoje é Beltrão / Todo este esforço nunca foi em vão / A luta conjunta sempre em união / Cultivando a terra e a tradição / Um trabalho duro para ganhar o pão.<sup>iv</sup>

Fortemente também aparece o elemento da terra para o trabalho, isto é, os migrantes, sobretudo sulistas, foram para as terras oferecidas à procura de um lugar para produzir e viver com suas famílias. Aparece nas composições o desbravamento do local por um povo trabalhador e pacífico:

“Um povo tranquilo na sua jornada / Desbravando a mata, fazendo morada / Mas a lei do mundo não respeita nada / Foi pego os colonos em grande emboscada / Duas companhias que ora é citada / Comercial e Citla fazia chegada / Com autoridade e a jagunçada / Deixou esta gente toda apavorada”. Os posseiros no anseio de conseguir a terra para trabalhar foram “atrapalhados” em seus propósitos pelos jagunços em nome das Companhias e para impedir isso, uniram-se para a revolta: “Vendo que a justiça muito pouco importa / Com trabalhador que tudo suporta / Só é protegido os tais vidas tortas / Famílias na luta ia sendo morta / O povo se uniu e fechou as portas / E então estourou a revolta”.<sup>v</sup>

Há uma dicotomia entre as famílias que viam a terra como local de produção e os jagunços que viviam desordenadamente na moral dos trabalhadores. A questão da justiça divina e a ligação com o povo de Deus também aparecem na maioria dos textos:

“A luta do povo nunca foi perdida / A sua vitória foi reconhecida / Arriscando a morte para ganhar a vida / Assim que chegaram a terra prometida / A classe roceira sempre foi sofrida / A agricultura hoje está falida / A reforma agrária é nossa saída / A união do povo não será vencida”.<sup>vi</sup>

Arriscando a vida como no movimento do Êxodo do Egito, os posseiros buscavam a terra prometida. Este foi o único texto que claramente aparece a noção de Reforma Agrária, destacando que no ano de 1997 várias ocupações e assentamentos já existiam na região Sudoeste, inclusive, um ano depois, em 1998, a ocupação da Fazenda Annoni, no município de Marmeleiro, que aconteceu em 1983, foi transformada em Assentamento, ou seja, já havia uma discussão sobre reforma agrária e a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra neste contexto no Sudoeste do Paraná de forma sistemática (cf. Vieira, 2020).

Esse caderno com as canções do festival da Acamsop/13 possui elementos que diferem das obras produzidas especificamente pela oficialidade, apesar de ter sido promovido por uma associação de Câmaras Municipais, por ser um concurso aberto ao público. Entretanto, percebemos que alguns elementos unem as composições e geram uma centralidade nas produções. Devemos levar em conta que os materiais acessados pelos compositores para elaborar suas canções podem ter sido limitados, ancorados em história oral, em material

jornalístico, artístico ou até mesmo em algum material divulgado na comemoração dos 40 anos da Revolta dos Posseiros, mas o fato é que os elementos reforçam a terra para trabalho, a ação pacífica e tranquila dos posseiros desbravando a terra para produzir, a questão religiosa bastante presente, a união dos posseiros e a luta contra o mal, isto é, contra as companhias privadas em uma inevitabilidade da revolta e de ações mais diretas pelas violências que estavam sofrendo.

Nas canções não aparece uma luta pela terra em si, por direitos sociais ou políticos, mas contra a perturbação da ordem por meio da violência. Essas classificações, conforme Pierre Bourdieu (2008), fazem parte de uma forma particular de luta pela definição de identidades regionais em que há a superação da oposição entre a representação e a realidade, isto é, o que é dito é real, e faz parte do cotidiano, das representações objetais e mentais dos sujeitos (Bourdieu, 2008), ou seja, a representação das comemorações da Revolta dos Posseiros, incluído o festival, cria representações por meio das canções que pronunciadas tornam-se e reforçam uma realidade construída, um passado atualizado.

A migração dos colonos para o Sudoeste do Paraná fazia parte de um projeto do governo federal da Marcha para o Oeste, era uma política oficial dirigida para ocupar os considerados vazios demográficos, pensando na ocupação das fronteiras, na integração econômica, cultural e política do território brasileiro e a segurança nas fronteiras, o que difere do outro momento marcante de lutas intensas com acampamentos e ocupações que as mobilizações e ações se deram para a garantia da terra como um direito, porém indo de encontro com o direito inalienável da propriedade privada da terra, sem uma política pública, mesmo que o Estatuto da Terra, em voga na década de 1980, dispusesse sobre a função social da terra e relativizasse o direito absoluto.

## **Um novo contexto, uma nova luta: o direito social à terra**

As lutas pela terra de forma mais direta não nascem do nada e nem de uma hora para a outra, elas se ligam a questões nacionais e também locais da falta de terras para camponeses<sup>vii</sup> expropriados de suas terras pela modernização tecnológica do pacote da chamada Revolução Verde e, no mesmo processo, da construção de Usinas Hidrelétricas, como as de Salto Segredo, Salto Santiago, Salto Osório e Salto Caxias no Rio Iguaçu, e Itaipu no Rio Paraná, que retiram centenas de famílias do campo com pouca assistência (Feres, 1990).

O pacote tecnológico para a agricultura no processo de modernização do campo no Sudoeste do Paraná é analisado por Roseli Alves dos Santos (2008) em sua tese de doutoramento em Geografia. Roseli analisa a agricultura da região Sudoeste desde a colonização oficial dirigida pelo Estado no contexto dos conflitos da década de 1950 até a primeira década do século XXI, ressaltando que a Revolução Verde, além de ser expressão de novas técnicas de produção é, ao mesmo tempo, uma manifestação política, ou seja, deliberada para introduzir os pequenos produtores em uma rede capitalista da agroindústria e produzir produtos estabelecidos pelo mercado nacional e mundial, sobretudo milho e soja, atrelado ao crédito agrícola, aos bancos e as cooperativas (Santos, 2008).

Roseli Alves dos Santos (2008) destaca o processo de convencimento dos agricultores para aderirem ao pacote tecnológico da Revolução Verde por parte de atores e instituições do Estado como a Associação de Crédito e Assistência Rural (Acarpa), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), e pelo sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), principalmente para a produção da soja. A Acarpa foi instituída em Francisco Beltrão em 1968, já no processo de trabalho do Getsop na regularização das terras dos posseiros, inclusive, como aponta Roseli (2008). Em 1969 a Acarpa estabeleceu um convênio, como o Getsop e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem) para instalar locais de produção nos municípios do Sudoeste, na lógica do pacote tecnológico, com as sementes selecionadas para aumentar a produção e subordinar o produtor à lógica capitalista, deixando-o dependente do mercado. Cada instituição teria atribuições definidas,

o Ministério da Agricultura atuará como responsável pelo fornecimento de sementes selecionadas; a ACARPA selecionará os agricultores, prestará assistência técnica e, por intermédio do sistema bancário, fornecerá o crédito; o GETSOP distribuirá as sementes e aprovisionará os insumos necessários (calcário, adubos, inseticidas e fungicidas), além de comprar as sementes e revendê-las na própria região; à CIBRAZEM caberá armazenar as sementes, coletar amostras, fazer a análise e fornecer a sacaria, quando necessário. Os municípios que têm participação nesse convênio são Capanema, Verê, Francisco Beltrão e Pato Branco, cujos produtores se dedicam a produção de sementes de soja (Tribuna do Sudoeste, 1969, p. 04 apud Santos, 2008, p. 124).

Através do exposto pelo documento podemos compreender que o Getsop, além de atuar na titulação das terras para os posseiros, empenhava-se também em outras questões ligadas a modernização da agricultura na região. A participação do Getsop, após a Revolta dos Posseiros de 1957, como órgão destinado a regularizar a posse, ou seja, transformar o domínio

de posse da terra em propriedade privada regularizada também se articula com a modernização da agricultura, pois a terra no Sudoeste torna-se verdadeiramente mercadoria e se insere na lógica capitalista, no seu uso e retirada da renda, e sobre essas propriedades apesar de serem pequenas e médias em sua maioria, se articula o arcabouço teórico e prático da implementação da Revolução Verde (Santos, 2008). As terras agora saem do campo do litígio jurídico e político para terem donos: os posseiros que foram violentados por companhias privadas e que buscavam uma terra para o trabalho agora possuem garantias graças à ação do Estado por meio do Getsop. Isso difere da luta da década de 1980 em que os camponeses sem-terra promovem ações e mobilizações no sentido da garantia do direito social à terra e usando do artifício garantido no Estatuto da Terra, da função social da propriedade.<sup>viii</sup> As terras reivindicadas na década de 1980 já tinham donos e as ações de ocupação, sobretudo, mexiam na estrutura da propriedade privada.

O Estatuto da Terra, Lei nº 4.504 de 1964, garantiu a função social da propriedade que poderia ser usada como critério de desapropriação para realização de reforma agrária. O Estatuto definiu os parâmetros da função social e tinha como objetivo regular a ocupação e utilização da terra e as relações fundiárias e promover a Reforma Agrária. Sua criação foi também uma estratégia para acalmar as tensões no campo e frear o crescimento dos movimentos sociais que surgiam a exemplo das Ligas Camponesas, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e até do Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra) no Rio Grande do Sul (Dickel, 2019; Soares, 2007).

Elir Battisti (2006) define dois momentos e marcos fundamentais da luta pela posse da terra no Sudoeste, a Revolta de 1957 e os conflitos da década de 1980, afirmando que se delineava a disputa entre dois polos presentes na ocupação do espaço brasileiro: “de um lado, o monopólio fundiário, de outro, a divisão da terra em pequenas propriedades” (Battisti, 2006, p. 66). Distinguimos, no entanto, esses dois momentos para esclarecermos nossa linha de análise. Vimos a Revolta de 1957 como uma disputa para expulsar as companhias privadas de colonização que traziam insegurança a posse da terra e instauraram a violência no meio social dos posseiros, já que a terra seria garantida a eles por uma política oficial, não por uma organização dos posseiros que reivindicavam as terras que pertenciam supostamente a donos na lógica da propriedade privada e os conflitos da década de 1980 como disputas pela terra por parte de sem-terras que se organizaram em movimentos sociais para exigir a garantia do direito

social à terra depois de serem desapropriados, expropriados ou não conseguirem mais reproduzir suas existências nas propriedades familiares, como aponta a notícia sobre o possível despejo da Fazenda Annoni, em Marmeleiro: “seu desejo é ter o direito ao pedaço de terra e ganhar a vida com o suor do rosto”.<sup>ix</sup>

Elir Battisti (2006) também aponta que a Revolta de 1957 teve apoio massivo da população por envolver a quase totalidade dos sujeitos da região e não havia o risco, de debate e da transgressão da propriedade privada, diferente da década de 1980 que, apesar de ter tido apoio social, não o recebeu de forma direta de alguns setores como comerciantes e profissionais liberais<sup>x</sup> (Battisti, 2006). Uma das estratégias e a que culminou na expulsão das companhias escoltadas pelo Exército foi o levante em armas possível pelo amplo apoio da sociedade pela colonização oficial que preenchia esse dito espaço vazio, enquanto as estratégias dos sem-terra na década de 1980 foram os acampamentos e as ocupações, o primeiro como forma de arregimentar forças políticas e sociais e o segundo para forçar a garantia da terra (Callegari, 2020).

Elir Battisti (2006) comenta que os movimentos sociais pela terra expressaram uma reorganização dos agricultores que não se integraram a mesma lógica das relações produtivas estabelecidas pela modernização da agricultura, assim como aborda Roseli Alves dos Santos (2008). A pesquisadora demonstra o aumento da concentração de terras no Sudoeste com o pacote tecnológico da agricultura e a consequente perda das terras por parte de camponeses, mas, também, como apontamos, as fileiras de sem-terras aumentaram pela construção das usinas hidrelétricas na região Oeste e Sudoeste do Paraná. Debateremos outro documento histórico que demonstra como a construção da identidade dos sujeitos do Sudoeste do Paraná foi forjada. A obra de romance histórico de Ivo Pegoraro, publicada em 2017, intitulada “Quatro Gerações”, pela Editora Jornal de Beltrão, dentro da Coleção Sudoeste em Livros, retrata a trajetória de vida de José Antônio Enearo, conhecido como Toni, desde seu nascimento no Rio Grande do Sul em 1901, e sua chegada na região, conhecida hoje como Sudoeste do Paraná, passando por Clevelândia, Pato Branco e depois Francisco Beltrão, no tempo da Cango. O livro é dividido em cinco partes: 1) Tempos de Clevelândia; 2) Tempos de Pato Branco; 3) Tempos de Vila Marrecas; 4) Tempos de Francisco Beltrão; e 5) Tempos do Contestado.<sup>xixii</sup>

O romance se desenrola e mostra, junto ao processo da vida de Toni e na constituição de sua família, o desenvolvimento da região Sudoeste do Paraná em uma perspectiva, na figura

da personagem principal, como desbravador de um local em que trabalhou em fazendas construindo cercas, para o Estado abrindo estradas, adquiriu um sítio com muito trabalho, participou da Revolta dos Posseiros em 1957, sem dar um tiro ou cometer um ato de violência, montou junto com seu filho mais velho uma serraria em suas terras e cresceu econômica, financeiro e materialmente, tendo constituído uma família grande e trabalhadora.<sup>xiii</sup> Toni, conforme a narrativa de Ivo Pegoraro (2017) é o homem pioneiro trabalhador e desbravador migrante da região Sudoeste do Paraná que construiu nosso espaço e nossa identidade.

Nos dois momentos que tratamos mais especificamente neste texto, o da Revolta dos Posseiros de 1957 e dos conflitos da década de 1980, apenas o primeiro aparece na obra literária de Ivo Pegoraro.<sup>xiv</sup> A história de Toni com a Cango começa quando é contratado para abrir a estrada de Pato Branco a Vila Marrecas, futuro Francisco Beltrão, onde a sede da Colônia seria instalada. Na Vila Marrecas ele adquire um sítio e se fixa com sua família. Nos trabalhos no sítio começa a ouvir de sua mulher, que se informa pelo rádio, que a região está em perigo, que teve até morte de um vereador, Pedrinho Barbeiro, de Verê, e tudo isso por conta da ação dos jagunços da Citla e da Comercial. No entanto, Toni resistiu a acreditar: “Te acalma mulher, a Citla é do Mário Fontana de Mariópolis e aqui em Beltrão tá com seu Júlio Assis Cavaleiro, ele é gente boa”.<sup>xv</sup> Depois, para preservar a imagem de Júlio Assis, o romance retrata em sua trama que Toni ficou sabendo que a Citla vendeu seu direito à terra a outra companhia que trouxe os jagunços.

Toni ouviu várias notícias de violência, como tocaias, tiroteios, mortes, até que um dia um caminhão chegou em seu sítio e pediu para que ele subisse, estavam indo na praça da cidade de Francisco Beltrão, convocados pelo rádio. Toni embarcou e foi. Conforme a narrativa,

Um homem chama, traz orientações das lideranças. O grupo que desembarcou permanece unido. Toni percebe que alguns estão com medo [...] A primeira recomendação é que esta proibida a cachaça. Segunda: estão montando trincheiras em todas as saídas da cidade, para ninguém entrar ou sair. Terceira: todos devem esperar com paciência, as lideranças do movimento estão negociando, as companhias de terra tem que ir embora com toda a sua gente [...].<sup>xvi</sup>

No romance Quatro Gerações (2017), Ivo destaca que a reação dos posseiros na Revolta não foi devido aos valores cobrados pelas terras que, em teoria, a Cango iria distribuir, mas pela “ilegalidade da posse e, principalmente, contra a violência que as companhias praticavam, através dos jagunços”.<sup>xvii</sup> O romance passa pela escolta do exército retirando os

jagunços da cidade e pela destruição dos documentos das companhias pelos posseiros e jogados nas ruas os contratos e as notas promissórias. Também cita a passagem do grupo que “arrancou e arrastou o monumento que havia na Praça em homenagem a Júlio Assis Cavalheiro sob protestos, inclusive de posseiros, porque seu Júlio é um homem que muito faz pelo desenvolvimento local [...]”.<sup>xviii</sup>

No romance de Ivo Pegoraro,<sup>xix</sup> Toni passa pela Revolta se juntando aos posseiros na praça de Francisco Beltrão, apreensivo com a expulsão das companhias, escoltadas pelo exército, com protestos de alguns que queriam vingança com as próprias mãos e a mediação das lideranças, entre eles, Walter Pecoits, sem o uso de violência para se chegar ao objetivo que era a expulsão das companhias e dos jagunços e o retorno a propriedade para continuar a reprodução da vida. Faz breves menções sobre o Getsop no sentido de que o Grupo garantiu aos posseiros tornarem-se donos das terras com títulos de propriedade. O romance não menciona na trama os conflitos na região Sudoeste na década de 1980, mesmo falando sobre eventos que transcorreram no período, como a ditadura militar e a mecanização da agricultura.

Há o reforço, por meio do romance histórico, que a ação dos posseiros na Revolta de 1957 foi para forçar a estagnação da violência que vinham sofrendo das companhias privadas e para acabar com a insegurança referente a terra, em uma atitude de bravura. Observamos que uma das justificativas legitimadoras dos conflitos e ocupações de terra na década de 1980 também foi o trabalho, ou a terra para quem nela trabalha, porém a luta se deu para a garantia da terra aos despossuídos dela com a reivindicação da propriedade que tinham supostos donos, criando um conflito entre o direito à propriedade e a terra, dos dois lados: dos que não possuíam, seja por expropriação, exploração ou perda, e do outro lado os que possuíam os títulos de supostos donos, mesmo que a produção na propriedade fosse pouca ou nenhuma, como é o caso da Fazenda Annoni em Marmeleiro, improdutiva em sua maior parte depois da retirada da madeira (cf. Vieira, 2020).

Esses bens culturais produzidos, no caso do romance histórico *Quatro Gerações*, de Ivo Pegoraro, proporcionam a criação ou reforçam representações coletivas pelo grupo, neste caso, a região, fortalecendo o *ethos* do trabalho no sentido de que o homem do Sudoeste usou de seu trabalho incansável para desbravar a região e criar um espaço de pessoas ordeiras e ligadas a família que desejavam a sua prosperidade, alcançaram e, deste modo, fizeram

prosperar a região. O autor da obra fez recortes, criou uma história com dados da historiografia e da memória oficial e jornalística, com configurações intelectuais.

Como aponta Roger Chartier (2002), a identidade coletiva é construída com práticas de representações da realidade comuns e reconhecidas pelos sujeitos como modo de ser e estar no mundo, no caso do Sudoeste e no romance de Ivo Pegoraro, trabalho e família. Para Pierre Bourdieu (2008) a objetificação do discurso, no caso da obra de Pegoraro (das comemorações e monumentos), institui uma realidade com seu poder de revelação e construção, a identidade coletiva regional se torna percebida por meio da vontade daqueles que possuem autoridade para proferir o discurso (jornalistas, professores, autoridades do governo).

Apesar do intuito e vontade dos poderes oficiais de instaurar na memória coletiva que a Revolta dos Posseiros de 1957 - por meio das comemorações posteriores - e, sobretudo, com o Getsop, resolveu a situação da terra no Sudoeste se mostra na realidade histórica insustentável, visto que, poucos anos depois do encerramento dos trabalhos do Grupo, conflitos por terra ressurgem, tendo como atores camponeses sem terra que iniciaram mobilizações em movimentos sociais, mostrando que o órgão misto do governo não resolveu materialmente a situação da terra em toda a região.

Entretanto, o Getsop e as comemorações da Revolta de 1957, reforçou a questão da propriedade titulada e privada, e, com isso, local de trabalho e ordem, em contraposição às ações mais diretas dos sem-terra da década de 1980 que eram as ocupações, mesmo que acontecessem com base na lei, no Estatuto da Terra, que garantia a reforma agrária e exigia que a terra tivesse função social. A noção de propriedade privada e titulada na década de 1980 é reconhecida amplamente em todo o país e na região Sudoeste, sobretudo, depois da regularização e titulação das terras pelo Estado com o Getsop, isto é, essa visão de mundo, nos termos de Bourdieu (2008) positivada na propriedade privada se impunha ao conjunto do grupo e tinha da ampla maioria dos setores sociais consenso e sentido para eles, fazendo com que as ações dos camponeses sem-terra e seus movimentos não tivessem ampla legitimidade.

As leis funcionam, muitas vezes, para frear mobilizações sociais, é o que analisa José de Souza Martins (1981) sobre o Estatuto da Terra, dizendo que teria como objetivo administrar e tutelar institucionalmente as reivindicações dos camponeses e só realizar reforma agrária em locais de grandes tensões e risco para a segurança nacional. Por outro lado, João Pedro Stedile (2012) comenta que, apesar de ter sido formulado e aprovado rapidamente, o Estatuto da Terra

é progressista por ser consequência das lutas dos movimentos que estavam em mobilização antes do Golpe de 1964 (Martins, 1981; Stédille, 2012).

O Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes), um dos mediadores principais das lutas da década de 1980 e que foi o grande movimento por terra antes de participar da formação e de se integrar ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Sudoeste, tinha a noção de que o Estatuto da Terra não servia para a realização da Reforma Agrária. O Mastes afirmava isso utilizando-se da ação da justiça que classificou como empresa rural muitas terras que estavam improdutivas, a exemplo da Fazenda Annoni, em Marmeleiro, e que havia a necessidade de substituir o instrumento jurídico por leis que tivessem a participação ativa dos trabalhadores em suas formulações e construções.

O Mastes elaborou objetivos que podem ser relacionados com o contexto social e com a realidade histórica da região e que afetava de forma mais direta um determinado grupo. O principal objetivo era a conquista da terra e da terra para quem nela trabalha e para quem dela precisa no mesmo sentido dos posseiros da Revolta de 1957, porém, diferente da Revolta de 1957 que apesar de ter tido certa organização como a criação de uma comissão em 1951 para acompanhar a questão fundiária, os chamados e avisos pelo rádio e a constituição de lideranças, não se constituiu de um movimento social como o Mastes, com ações coletivas sistematizadas e direcionadas a antagonistas de forma sustentada (Tarrow, 2009), até porque o momento era outro e a dimensão organizativa e projeto à terra também.

O Mastes foi uma construção conjunta que colocou como objetivos a articulação e organização dos trabalhadores na luta para a conquista da terra, o desenvolvimento da consciência de classe entre os trabalhadores, a promoção da necessidade de participação política partidária dos sem-terra, a promoção do avanço político dos sem-terra para construção de propostas de reforma agrária, e, até a destruição do sistema capitalista e a construção de uma nova ordem social.<sup>xx</sup> Já a Revolta de 1957 foi uma luta contra a violência e pela expulsão das companhias privadas da região responsáveis por ela, já que a terra a princípio era garantida pelo Estado.

Percebemos a atuação diferente do Mastes e da Revolta de 1957 também em uma Moção de Repúdio produzida pelo movimento em 19 de maio de 1986, em relação a escolha pelo governo do estado do Paraná de Walter Pecoits, que já tinha sido chefe da Casa Civil, para assumir a recentemente criada Secretaria de Reforma Agrária. O movimento colocou como uma

das razões do repúdio o fato de que Walter teria se manifestado seguidamente na imprensa acusando as entidades de trabalhadores e seus movimentos de fabricantes de acampamentos, de extremismos, de tirar proveito politicamente e manipular os sem-terra, com o intuito, conforme o Mastes, de dividir os acampamentos e “jogar a opinião Pública contra os Sem-Terra e suas organizações”. A nota também relata que Walter Pecoits, quando estava à frente da Casa Civil, garantiu que não haveria despejo de sem-terra até novo encontro das lideranças do Movimento com o Ministério da Reforma Agrária, no dia 18 de fevereiro de 1986, porém, antes deste dia, a Polícia do Paraná “despejou de forma violenta diversos acampamentos no Oeste e Sudoeste do Paraná e entre eles 45 famílias da Fazenda Perseverança, no município de Marmeleiro”.<sup>xxi</sup>

Há uma alteração da figura de Walter Pecoits para os sem-terra em relação aos posseiros de 1957. Tido como liderança que mediou a resolução da revolta na década de 1950, é percebido pelo Mastes como personalidade oficial do Estado que descumpriu compromissos com os sem-terra e por isso não pode assumir um posto que se relacione diretamente com as questões da reforma agrária, por outro lado, a característica de pioneiro, herói e personalidade importante do Sudoeste não se perdeu, visto que seu nome figura ainda como sujeito histórico da região, tendo sido, inclusive, homenageado com seu nome no prédio do Hospital Regional do Sudoeste que foi nomeado como Hospital Regional Dr. Walter Alberto Pecoits, inaugurado em 26 de fevereiro de 2010.

O Mastes recebeu apoio de instituições e entidades que se relacionavam com a luta pela terra e pelas questões populares como as que assinaram o manifesto de apoio aos ocupantes da Fazenda Annoni publicado no Alerta de agosto de 1984. O documento afirmou que o país possuía terras sobrando e improdutivas e que as negava “a seus filhos que querem simplesmente trabalhar, produzir e viver”. As entidades que assinaram o manifesto em defesa do direito à terra e ao trabalho foram: Diocese de Palmas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Nova Prata do Iguacu, Pérola do Oeste, Capanema, Salto do Lontra, São João, Realeza, Chopinzinho, Santa Isabel do Oeste, Santo Antônio, Ampére, Verê, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Campo Erê (Santa Catarina); Paróquias Nossa Senhora da Glória, Cristo Rei, Santa Rita, São Roque e Sagrado Coração, Assesoar, Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Oeste, Comissão Pastoral da Terra do Sudoeste e Comissão Regional dos Sem Terra do Oeste de Santa Catarina.<sup>xxii</sup>

Por outro lado, notamos os opositoristas no acampamento na beira da rodovia entre Marmeleiro e Campo Erê (SC) na expulsão dos ocupantes da Annoni na primeira tentativa de se fixar na fazenda em 1983. O Alerta de setembro de 1983 registra a expulsão dos sem-terra da Annoni, a morte de João de Paula, um dos ocupantes, a acusação que receberam do Incri de “profissionais de invasão de terras” sem bons antecedentes, e a pressão para que o acampamento fosse desfeito, além da oposição da “maioria dos ‘cristãos’ da Comunidade da Gruta e de Bom Jesus” que se colocaram contra os acampados. Ainda descreve que foi formada uma comissão da sociedade para contribuir com o acampamento no provisionamento de comida e mantimentos, porém a maioria dos sujeitos que compunham a comissão eram contra o acampamento, sobretudo, industriais e comerciantes de Marmeleiro.<sup>xxiii</sup>

Apesar de lutar pelo direito à terra e se posicionar contra as terras improdutivas, mesmo possuindo proprietários legais, e não receber apoio de parte da sociedade, os sem-terra juntamente com o Mastes alcançaram algumas conquistas como foi a fixação na Fazenda Annoni transformada no Assentamento José Eduardo Raduan, em 1998, com uma área de 3.946 hectares e 359 famílias que, garantiu, senão a reforma agrária em um sentido amplo, a permanência dos sem-terra na área ocupada (Callegari, 2015; Vieira, 2020).

## Considerações Finais

O modo de organização próprio do Mastes e dos movimentos sociais do campo na década de 1980 se constitui da expressão e mobilização para inserir novos atores, os camponeses sem-terra, na mudança ou transformação da sociedade com organização e participação política. Os atores, organizados em movimentos sociais, constroem posições e posicionamentos para que contribuam na construção e modificação da sociedade com a reforma agrária, a participação na construção das leis e na distribuição da terra para quem dela precisa e para quem nela trabalha. Sua organização e luta coloca em risco e vai de encontro à noção de propriedade privada conquistada por meio do suor do trabalho e inviolável, criando um embate com setores sociais da região e de todo o país.

O Mastes manifesta, por meio de um movimento social, uma realidade que difere da indicação de que o Getsop trouxe a tranquilidade e a solução dos problemas da questão agrária e fundiária na região com a titulação das terras, positivando-as enquanto propriedades privadas,

colocando à tona a existência de milhares de famílias que não tinham terra, em grande parte pelas expropriações e desapropriações da modernização da agricultura e pela construção de usinas hidrelétricas, mexendo com a noção de propriedade privada com as ocupações de fazendas na região.

Por fim, relatamos que grandes diferenças podem ser contempladas na Revolta dos Posseiros de 1957 e nas lutas pela terra do Mastes na década de 1980, no entanto, destacamos a questão da propriedade privada que, na década de 1940 e 1950 estava em disputa na região e não havia uma rigidez na questão e a titulação já concretizada na década de 1980 que, mesmo nas terras improdutivas, era um argumento forte para olhar com receio e contrariedade a luta dos sem-terra, ainda que tivessem justificativas morais e jurídicas, como o Estatuto da Terra, para fazer o direito à terra ser garantido aos camponeses.

## Fontes

ASSOCIAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO SUDOESTE DO PARANÁ. 1º Festival de Composições do Sudoeste: Revolta de 1957. Out, 1997.

MASTES. Síntese do encontro dos agricultores sem terra do Sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão, 05 e 06 abr. 1983.

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. Alerta 16. Homem da Terra. Paraná, jun.1986.

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. Alerta 09. Homem da Terra. Paraná, ago.1984.

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. Alerta 11. Homem da Terra. Paraná, abr.1985.

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. Alerta 16. Homem da Terra. Paraná, jun.1986.

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. Alerta 09. Homem da Terra. Paraná, ago.1984.

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. Alerta 01. Homem da Terra. Paraná, set. 1983.

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. Alerta 01. Homem da Terra. Paraná, set. 1983.

PEGORARO, Ivo. Quatro Gerações. Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão, 2017.

## Referências

- BATTISTI, Elir. **Agricultura familiar e cidadania: os embates da ASSESOAR**. 2003. 237 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense-UFF,
- BATTISTI, Elir. **As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX**. Campo-Território: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp. 2008.
- CALLEGARI, Ricardo. **“Gente, não é boi de carro, pro carro de boi puxar”**: camponeses e a organização política no sudoeste do Paraná (1964/1985). 2020. 207 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2020.
- CALLEGARI, Ricardo. **Entre lutas, valores e pressões: juventude rural sem-terra e a organização social do trabalho nos assentamentos Missões e José Eduardo Raduan**. 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2015.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 69-80.
- DICKEL, Simone Lopes. O princípio da função social no Estatuto da Terra e o processo de desapropriação da Fazenda Annoni, no Norte do Rio Grande do Sul. **Manduarisawa: Revista Eletrônica Discente do Curso de História - UFAM**, Manaus, v. 3, n. 2, p. 18-32, maio 2019.
- FERES, João Bosco. **Propriedade da terra: opressão e miséria (o meio rural na história social do Brasil)**. Amsterdam: CEDLA, 1990.
- GOMES, Angela de Castro. População e sociedade. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Olhando para dentro: 1930-1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. p. 41-90.
- KOLING, Paulo José. **A revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações**. Guarapuava: Unicentro, 2018.
- LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense**. 3ª ed., Francisco Beltrão: Grafit - Gráfica & Editora Ltda, 1998.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997. P. 9-21 e 24-42
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- POLI, Jaci. **Da posse à propriedade da terra no Sudoeste do Paraná (1962- 1973)**. 2009. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

POLI, Jaci. Revolta dos posseiros do Sudoeste do Paraná. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso. **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016. p. 249-270.

PRIORI, Angelo *et al.* **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.

RIPPEL, Leomar; ZATTA, Ronaldo. A eleição de "heróis" pioneiros na revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste do Paraná. **Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 43-66, jan. 2013.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. 2008. 246 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

SOARES, Rafael Machado. **Direitos fundamentais e expectativas normativas: o caso da função social no direito de propriedade**. 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

STEDILE, João Pedro (org.); ESTEVAM, Douglas (assist. pesq.). **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TURNER, Frederick Jackson. O Significado da Fronteira na História Americana. In: KNAUSS, Paulo (org). **Oeste Americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América**, de Frederick Jackson Turner. Niterói: EdUFF, 2004. pp. 23-54.

VELHO, Otávio Guilherme Alves Cardoso. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1969). In: WELCH, Clifford Andrew *et al.* (org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 89-96.

VIEIRA, Eleandro de Moraes. **Ocupação e mediação no Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes): o caso da Fazenda Annoni**. 2020. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul (Uffs), Chapecó, 2020.

## Notas

---

<sup>i</sup> Escrevemos sem terra para designar camponeses que perderam suas terras, seja por expulsão, expropriação ou desapropriação e sem-terra como sujeitos na mesma condição, porém participantes de movimentos sociais pela terra.

<sup>ii</sup> O sindicalismo combativo e seu movimento de oposição sindical surgiu no Sudoeste do Paraná na década de 1970 em confronto com o sindicalismo assistencialista ou pelego, visto como acomodado no sentido de lutar autenticamente ao lado dos trabalhadores. O primeiro município a ter vitória do sindicalismo combativo foi Francisco Beltrão que em 1978 obteve vitória sobre o sindicalismo considerado assistencialista na eleição da direção da entidade (BATTISTI, 2003).

<sup>iii</sup> A política da Marcha para o Oeste, que enxergava os sertões brasileiros como espaços geográficos vazios, se constituiu de um programa do governo de Getúlio Vargas, visando criar uma unidade nacional no sentido de nacionalizar e integrar o Brasil (GOMES, 2013).

- iv ASSOCIAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO SUDOESTE DO PARANÁ. 1º Festival de Composições do Sudoeste: Revolta de 1957. Out, 1997.
- v ASSOCIAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO SUDOESTE DO PARANÁ. 1º Festival de Composições do Sudoeste: Revolta de 1957. Out, 1997.
- vi ASSOCIAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO SUDOESTE DO PARANÁ. 1º Festival de Composições do Sudoeste: Revolta de 1957. Out, 1997.
- vii Diante das diversidades de condições regionais que temos no país e da própria diversidade das condições de sujeitos do meio rural na própria região Sudoeste, usamos o termo camponês, segundo a orientação de Otávio Guilherme Alves Cardoso Velho (2009), como um valor explicativo, observando a realidade concreta que envolve sujeitos que têm seu modo de vida e sua reprodução social ligados a terra e que nela trabalham para assim se manter, sejam posseiros, pequenos produtores, agricultores familiar, proletariado rural, expropriados e expulsos da terra.
- viii MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. Alerta 16. Homem da Terra. Paraná, jun. 1986.
- ix MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. Alerta 09. Homem da Terra. Paraná, ago. 1984.
- x Elir Battisti (2006) traz uma importante discussão para os dois momentos de mobilização no Sudoeste, e que é pouco debatida: a participação da mulher. Ele ressalta a participação na Revolta dos Posseiros quando os homens se escondiam no mato e elas encaravam os jagunços que iam cobrar pela terra e, muitas vezes, sofriam violências e nas ocupações da década de 1980 quando participavam da organização interna e resistiam às péssimas condições de existência em lonas pretas (BATTISTI, 2006).
- xi Nesta parte da obra, Toni, com 99 anos, junto com três dos seus filhos visitam localidades históricas da Guerra do Contestado (1912-1916), na qual seu pai morreu em conflito e, Toni, participou quando criança e acabou fugindo para sobreviver.
- xii PEGORARO, Ivo. Quatro Gerações. Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão, 2017.
- xiii PEGORARO, Ivo. Quatro Gerações. Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão, 2017.
- xiv PEGORARO, Ivo. Quatro Gerações. Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão, 2017.
- xv PEGORARO, Ivo. Quatro Gerações. Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão, 2017.
- xvi PEGORARO, Ivo. Quatro Gerações. Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão, 2017.
- xvii PEGORARO, Ivo. Quatro Gerações. Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão, 2017.
- xviii PEGORARO, Ivo. Quatro Gerações. Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão, 2017.
- xix PEGORARO, Ivo. Quatro Gerações. Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão, 2017.
- xx MASTES. Síntese do encontro dos agricultores sem terra do Sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão, 05 e 06 abr. 1983.
- xxi MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. Alerta 16. Homem da Terra. Paraná, jun. 1986.
- xxii MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. Alerta 09. Homem da Terra. Paraná, ago. 1984.
- xxiii MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. Alerta 01. Homem da Terra. Paraná, set. 1983.